

Boletim

Justiça e Paz



Director: José Carlos Duarte
Edição n.º 2, Abr. a Jun. 2007

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 200 exemplares

Distribuição Gratuita

Plataforma Artigo 65º

Segundo o Artigo 65º (Habitação e urbanismo) da Constituição Portuguesa:

«1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoas e a privacidade familiar.»

No passado fim-de-semana de 3 e 4 de Fevereiro tivemos, na sala Europa, o privilégio de receber uma exposição que percorrerá todo o país, trazida pela Organização Plataforma Artigo 65.

Se não foi através de histórias contadas pelos familiares, foi na disciplina de história que ficamos a saber que entre os anos 60/70 devido ao Salazarismo muitas foram as pessoas que em busca de melhores condições de vida, deslocaram-se para as periferias das grandes cidades e indo trabalhar sobretudo para a área da indústria.

Devido à falta de uma Política Habitacional as famílias, sem apoio, vêem-se obrigadas a lutar com os seus próprios meios e começam a construir casas sem condições (as designadas barracas) mas que, apesar de tudo, serviam para abrigar, muitas vezes, famílias numerosas. Após a Revolução de Abril em 1974, os habitantes dos «bairros de lata» organizam-se em Comissões e juntos exigem as condições habitacionais a que têm direito.



«Casas Sim, Barracas Não»

Dada a união e pressão dos populares, em 1993, por Decreto-Lei, surgiu o Programa Especial de Realojamento (PER), com o objectivo de acabar com as barracas.

Uma das propostas apresentadas era a assinatura de contratos de «responsabilidade» entre autarquias locais e a administração central de forma a responsabilizar cada autarquia pela resolução dos problemas que abrangiam a sua área.

Com tantos planos de realojamento a serem emitidos iniciou-se uma construção massiva de bairros de habitação social em zonas ultraperiféricas que, muitas vezes, provocaram «ondas» de discriminação quer a nível étnico, geográfico e social.



A Plataforma Artigo 65 nasceu depois da grande vaga de demolições que se iniciaram em 2005, antes das eleições autárquicas, e esta juntou várias Comissões de Moradores dos bairros que se encontravam ameaçados e já afectados pela demolição de casas. E assim, unidos a outras entidades, como ordens profissionais, associações que se preocupam com a questão da imigração e com o património edificado, etc. formaram uma forte organização para lutar contra as injustiças sociais relacionadas com a habitação.

Contudo, estamos em 2007 mas mesmo assim, 14 anos depois, ainda são muitas as pessoas que lutam por uma estrutura que lhes dê o mínimo de condições para que se abriguem do frio e da chuva no Inverno ou então um dia acordam e têm uma máquina na rua para lhes deitar a casa abaixo porque naquele espaço vai ser o próximo grande condomínio de luxo da zona.

Hoje, a Plataforma continua a acompanhar bem de perto o evoluir da situação, de forma a não deixar morrer a realização de um dos grandes sonhos de muitas pessoas que, certamente será o de ter uma vida digna debaixo de um telhado seguro e sem temerem o amanhã.

Para esse efeito, um dos projectos da Plataforma é a reabilitação de edifícios históricos que neste momento estão ao abandono pela cidade de Lisboa e cuja eventual recuperação traria muitas vantagens, pois realojava muitas famílias, a cidade deixava de ser tão deserta nas horas não laborais, o comércio também seria beneficiado, assim como a segurança dos cidadãos.



No sábado dia 3, decorreu a exposição do filme «O Salto», do realizador Francês Christian De Chalonge, a contar um pouco da realidade que se vivia em Portugal com o fenómeno da imigração que se tornara algo banal nos anos 60.

Muito resumidamente, a história era de um português, o António, que foi para França, deixando tudo para trás, na esperança que os contactos que lhe tinha arranjado seriam o suficiente para se integrar.

No fim o tal «amigo», também ele emigrante português, não passa de uma pessoa obscura que não olha a meios para atingir os fins, ou seja, para que o António pudesse arranjar trabalho teria de estar legal e para que tudo isso fosse possível ele precisava de pagar uma grande quantia de dinheiro que, como é óbvio, não tinha, por isso, teve de ir viver para uma «bidonville» (Bairro de Lata) sem as mínimas condições de habitabilidade, que se tornaram muito comuns na década de 60, com a forte «invasão» de portugueses, principalmente na região de Paris.



Infelizmente, a memória de muitas pessoas é curta, pois não percebem que hoje somos nós o país de acolhimento para milhares de pessoas que, devido à guerra, problemas político-económicos, etc.... vêm em busca de novos horizontes sem saberem o que vão encontrar no seio de culturas que, muitas das vezes, são completamente diferentes das dos seus países de origem.

Em suma, tudo isto já se passou mas nem assim se faz muito para tentar evitar os problemas, por exemplo, no que toca à Habitação, que com a experiência do passado se podiam colmatar de uma forma, penso eu, mais eficaz sem grande margem para erros!

Ainda durante a exposição foi-nos dada a novidade de que o Presidente da República, o Dr. Cavaco Silva, recebeu membros da organização e ficou muito entusiasmado com os Projectos da Plataforma, agora vamos esperar para que o entusiasmo não fique por si só, e que este continue a apoiar e a acompanhar o desenvolvimento das circunstâncias.

C.A.

Pelas ruas da Quinta da Serra

Todos os dias «passeio» pelas ruas da Quinta da Serra, onde vivo. Ruas essas frequentemente enlameadas e com água suja de esgotos a correrem, espalhando maus cheiros e, quem sabe, até doenças...

Nessas mesmas ruas vejo pessoas que, com goteiras em casa, lamentam os estragos que as últimas chuvas fizeram.

Outras, por sua vez, preocupam-se com o facto de não estarem inscritas no PER (Programa Especial de Realojamento) e de, num futuro próximo, serem obrigadas a sair de suas casas, que apesar de terem estruturas deficientes, garantindo apenas as condições mínimas de sobrevivência das famílias que aí se instalaram, são o seu único espaço habitacional.

Contudo, também vejo pessoas solidárias e dispostas a ajudar e a dar o seu contributo na melhoria de condições de habitação.

R.T.

Conclusões das Primeiras Jornadas da Habitação

No dia 24 de Fevereiro, realizou-se no Teatro A Barraca um dia de conferências no âmbito das Primeiras Jornadas da Habitação organizadas pela Plataforma Artigo 65º, que estiveram presentes no Prior Velho no fim-de-semana 2 e 3 de Fevereiro, com uma exposição, passagem de vídeos e debates.

Habitação: um Direito ou um Negócio?

Para responder a esta pergunta estiveram presentes na conferência o geógrafo José Malheiros, a socióloga Maria Margarida Marques, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira e o engenheiro agrónomo Pedro Bingre, que de certa forma nos vieram dar o seu ponto de vista em relação a este caso que para muitas pessoas a sua resolução é como que tirar aquela incerteza que as persegue sem saber o dia em que as máquinas podem aparecer para lhes deitar único telhado que têm, ou seja, para lhes tirar no fundo a dignidade que lhes restava.

Teoricamente, ao longo dos anos têm existido umas modificações a nível bancário e comercial, por exemplo, a liberalização do crédito, isenção de taxas sobre a habitação no período posterior à aquisição da primeira casa, aposta na promoção das áreas centrais da cidade, etc. foram-se tomando medidas que na prática facilitariam o acesso de todos a uma casa.

Na verdade, estas medidas vieram dificultar, ainda mais, o processo de arrendamento ou compra de casas, devido ao crescente impulso à especulação e ao crescimento dos preços que, conseqüentemente, provocam uma diminuição de interesse por parte dos construtores que se dedicam à construção de habitações de cariz social ou de baixo custo.

Com isto, as pessoas com mais dificuldades económicas que neste momento podemos salientar os imigrantes de leste, brasileiros e africanos que são «empurrados» para zonas que os «obrigam» a construir, com os seus próprios meios, o telhado a que têm direito, surgindo assim as designadas barracas.

Sem conceder as condições mínimas de sobrevivência às pessoas como é que um Estado pode designar-se como democrático ou moderno? Pois não compreendo onde está a modernidade nos espaços para onde as pessoas são levadas segundo critérios, não teóricos mas práticos, de raça, género, etc... no fundo será moderno promover a exclusão social?

De forma a dizer basta a todas estas faltas e injustiças por parte das autoridades competentes deve-se, cada vez mais, unir os lesados e também os não lesados, para que não pensem que o resto da sociedade «anda a dormir», nas chamadas Associações de Moradores para que as promessas não caiam no esquecimento.

Já que nem sempre as palavras chocam vamos a números...

- O preço médio da habitação em Portugal é 9 vezes o salário Bruto Médio Anual. A média na União Europeia é de 3 vezes mais o SBA. Logo, Portugal encontra-se 3 vezes acima da média Europeia.

-Em Portugal, existem cerca de 490 casas por 1000 habitantes.

-Portugal pode «oferecer» 28 m² de casa por habitante.

-Lisboa perdeu 33 habitantes por dia em 10 anos, o que leva a uma perda de 50% dos seus habitantes para a periferia da cidade, mas mesmo assim os preços da habitação na zona de Lisboa não desceu, pois em 1991 o m² de casa rodava os 600€ e agora, em 10 anos, está a 2600€ (2000€ para pagar a localização, ou seja, quanto maior e melhor acesso se tem aos serviços públicos mais cara é a localização; 600€ para pagar bens e serviços)

-Um terrenos para loteamento vale 200 vezes mais do que um terreno agrícola.

Estes valores são assustadores mas são o espelho da nossa realidade que se afunda nos seus próprios erros.

Vamos pensar... Se as casas são caras no centro as pessoas «correm» para a periferia, prejudicando a economia central, ou seja, o comércio decresce, as lojas fecham, o centro fica deserto nas horas não laborais, os prédios ficam degradados e os autarcas, ao terem de garantir a segurança dos cidadãos na via pública, são «obrigados» a gastar dinheiros públicos em materiais e serviços de manutenção aos edifícios para que estes não caiam.

Em relação às manobras de especulação (o negócio do século) podemos dizer que, mais uma vez, quem paga é o «Zé Povinho», isto é, as pessoas ao contraírem os seus empréstimos bancários estão, inconscientemente, a contribuir para a especulação imobiliária.

O mais incrível é que tudo isto vai contra algumas leis constitucionais. Vejamos:

Artigo 13º (Princípio da igualdade)

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado (...)

Onde é que está a dignidade das pessoas que são forçadas a pensar no amanhã com o «coração nas mãos»?

Artigo 88º (Meios de produção em abandono)

Os meios de produção em abandono injustificado podem ainda ser objecto de arrendamento ou de concessão de exploração compulsivos, em condições a fixar por lei.

Por toda a cidade existem centenas de casas desabitadas, então porque é que não são fixadas rendas justas de forma a todos terem o mesmo acesso a uma habitação segura e digna?

Artigo 99º (Objectivos da politica comercial)

c) Combate às actividades especulativas e às práticas comerciais restritivas

Em suma, somos nós cidadãos e lesados que sofremos sempre as consequências das actividades menos claras executadas por pessoas desonestas.

Mas o nosso dever como membros de uma sociedade devemos-nos unir e lutar para que até os direitos mais básicos como o da Habitação (Artigo 65º) sejam cumpridos e para que no futuro a história não se repita e os mesmos erros sejam cometidos.

C.A.